



## A variação “tu”/“você”, “nós”/“a gente” e suas implicações no âmbito escolar da comunidade sergipana

*The variation between “tu”/“você”, “nós”/“a gente” and its implication  
in the schooling of Sergipe community*

Jilcicleide Augusta Paes\*  
*Universidade Federal de Sergipe*  
São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Tânia Maria Soares\*\*  
*Universidade Federal de Sergipe*  
São Cristóvão, Sergipe, Brasil

**Resumo:** Na comunidade sergipana, assim como em algumas regiões brasileiras, tem se observa a variação no uso dos pronomes “tu”/“você”, “nós”/“a gente” em situações de fala e escrita. Este artigo tem o objetivo de discutir o tratamento dado aos pronomes pessoais nas aulas de língua portuguesa, que ocorre muitas vezes de maneira estanque e apoiadas em livros didáticos que não contemplam a variação linguística, o que implica em divergência entre situações de oralidade e escrita. Esta situação evidencia uma discrepância entre a língua vernacular sergipana e a língua sistematizada nos livros didáticos, o que configura um problema sociolinguístico para o ensino de língua portuguesa. As reflexões aqui apresentadas são um caminho para superá-lo.

**Palavras-chave:** Pronomes pessoais. Variação. Ensino. Comunidade Sergipana.

**Abstract:** In the Sergipe community, as in some Brazilian regions, there is variation in the use of the pronouns “tu”/“você”, “nós”/“a gente” in speech and writing situations. This article aims to discuss the treatment given to personal pronouns in Portuguese language classes, which occurs often in a watertight manner and supported in textbooks that do not contemplate linguistic variation, which implies a divergence between oral and written situations. This situation shows a discrepancy between the Sergipan vernacular language and the language systematized in textbooks, which constitutes a sociolinguistic problem for the teaching of Portuguese language. The reflections presented here are a way to overcome it.

**Keywords:** Personal pronouns. Variation. Teaching. Sergipe community.

### 1 INTRODUÇÃO

\* Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [jilpaes@hotmail.com](mailto:jilpaes@hotmail.com).

\*\* Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [shimmene@yahoo.com.br](mailto:shimmene@yahoo.com.br).

O Brasil é um país constituído por uma diversidade cultural imensa, produto de seu processo de colonização. Os povos que colonizaram as terras brasileiras trouxeram consigo costumes, hábitos, cultura e modos de falar, o que proporcionou, dentre outras coisas, variedades de falares entre a população brasileira.

A língua reflete a cultura de um povo, e esse reflexo é visível na diversidade de variedades linguísticas presentes em todo o território nacional.

A variação linguística é tão constitutiva do povo brasileiro que não só é motivo de discussões e debates entre gramáticos e linguistas, mas é objeto de ensino na educação. O tratamento da variação linguística como conteúdo está presente nos documentos oficiais que regem o nosso sistema educacional, tal como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), que em sua terceira versão aborda questões importantes referentes à variação linguística, assim como está presente nas avaliações oficiais, como no ENEM (ANDRADE; FREITAG, 2016).

A implantação da BNCC tem gerado muitas discussões, por conta dos desafios trazidos pela flexibilidade dos conteúdos e a sua integração às práticas (AZEVEDO; DAMACENO, 2017), como é o caso do tratamento da variação linguística. Por ser relativa ao cenário local, aos valores e à cultura de uma comunidade, o tratamento da variação linguística é um conteúdo específico de cada currículo de cada rede. E é sobre essas questões variáveis que pretendemos tratar neste texto, restringindo nosso foco para o quadro dos pronomes pessoais e a comunidade sergipana. Nossas questões motivadoras são: i) Como se processa o uso corrente das variantes pronominais “tu”/”você”, “nós”/”a gente” em situações de fala e escrita dentro da comunidade sergipana? ii) Como as variantes inovadoras “você”/ “a gente” são percebidas em relação às formas tradicionais “tu”/ “nós” no contexto escolar?

Com base nos questionamentos elencados acima, neste artigo discutimos os impactos da dimensão variável da língua na elaboração de um programa de ensino para a categoria gramatical dos pronomes pessoais, considerando os processos de variação entre “tu”/”você”, “nós”/”a gente”, já descritos no português brasileiro de um modo geral (LOPES, 2007), e em Sergipe, em particular (SANTOS, 2014; FREITAG, 2016; FREITAG et al., 2016; MENDONÇA, 2016; SANTOS; FREITAG, 2016; MENDONÇA; FREITAG, 2016, 2018; PINHEIRO, SILVA, CARDOSO, 2018; FREITAG; CARDOSO; GÓIS, 2018; CARDOSO; SOUZA; QUIRINO, 2018, ARAUJO; JESUS, 2018).

Estas variantes são utilizadas cotidianamente na fala dos sergipanos e, por conseguinte, estão refletidas na fala dos alunos (e em sua gramática internalizada). No entanto, se considerarmos o modo como as categorias gramaticais são tratadas nas aulas de língua portuguesa, de maneira estanque e apoiadas em livros didáticos que não contemplam a variação linguística (FREITAG; DAMACENO, 2015), o que implica em situações de oralidade e escrita da norma-padrão abordada em sala de aula que são distantes das práticas cotidianas. Para Lima (2017, p.107), “o tratamento da variação linguística em ambiente de sala de aula ainda constitui um dos maiores desafios para o professor de Língua Portuguesa”; a fim de contribuir com esta questão, e com base na BNCC (BRASIL, 2017), sistematizamos as abordagens já desenvolvidas a partir da

observações do vernáculo sergipano acerca dos usos dos pronomes “tu”/”você”, “nós”/”a gente”, nos embasando na teoria da sociolinguística variacionista (LABOV, 2008 [1972]), Tarallo (1994), Freitag e Lima (2010), Bagno (2013) para propormos práticas pedagógicas para orientar o trabalho do professor em sala de aula considerando o conteúdo dos pronomes pessoais de modo a lidar com o fenômeno da heterogeneidade da língua e suas implicações no preconceito linguístico, em conformidade com os princípios da BNCC.

Após contextualizar o quadro teórico, é apresentado o paradigma pronominal do português brasileiro, relativo aos pronomes pessoais, com atenção aos usos na comunidade sergipana. Em seguida, a partir das orientações da BNCC, e considerando os resultados de estudos sociolinguísticos de produção e percepção acerca dos pronomes pessoais em Sergipe, apresentamos práticas pedagógicas sensíveis à variação linguística, como preconizam Gorski e Freitag (2007; 2013) e Vieira (2018) para o ensino de gramática.

## 2 PARADIGMA PRONOMINAL DO PORTUGUÊS

Em livros didáticos, o quadro dos pronomes pessoais do português se configura como o apresentado por Neves (2000), quadro 1.

Quadro 1 – Proposta para o quadro pronominal do português brasileiro

	SINGULAR	PLURAL
<b>1ª PESSOA</b>	eu	nós ( <b>a gente</b> )
<b>2ª PESSOA</b>	tu, <b>você</b>	vós, ( <b>vocês</b> )
<b>3ª PESSOA</b>	ele, ela	eles, elas

Fonte: Neves (2000, p.454)

O paradigma pronominal do uso vernacular, no entanto, inclui as formas “você(s)” e “a gente”, respectivamente segunda pessoa do singular e plural, e primeira pessoa do plural. Para explicar a diferença que há entre os pronomes pessoais sujeitos que a gramática tradicional prescreve e que os falantes do português brasileiro produzem, Lopes (1998) diz que

No tocante à apresentação dos pronomes pessoais pelas diversas gramáticas normativas, não são verificadas divergências significativas. As questões mais problemáticas dizem respeito aos seguintes pontos: 1) a não inclusão de formas amplamente utilizadas na linguagem coloquial, como é o caso de *você, vocês, a gente* e 2) a concepção equivocada nas noções de número e pessoa. Com relação à forma *a gente*, as gramáticas não apresentam uma posição coerente e única. A classificação é, em geral, controversa, pois ora consideram *a gente* como pronome pessoal, ora como forma de tratamento, ou ainda como pronome indefinido, comentando-na apenas em notas ou observações de rodapé. (LOPES, 1998, p. 2)

Segundo Menon (1995), alguns autores de livros didáticos até usam a expressão “novos pronomes”, inclusive constam em formas de exercícios ou textos, porém não discutem o novo paradigma pronominal, até porque os próprios autores não sabem lidar com esses fatos da língua. Isto se revela quando autores de gramática vão apresentar o

pronome “você”, ora o definem como forma de tratamento, ora como pronome de tratamento e o mesmo ocorre com o pronome “(o) senhor(a)”. Com relação ao pronome “a gente”, a definição é mais distante da sua real função, muitos continuam enfocando esse pronome como a locução composta de artigo e de substantivo feminino de gente.

### **3 LÍNGUA, CONTEXTO SOCIAL E VARIAÇÃO NOS PRONOMES**

A Sociolinguística Variacionista concebe a língua como um sistema heterogêneo e sujeito à variação de acordo com os eventos concretos de interação comunicativa. Por ser um produto social, a língua é heterogênea. Portanto, ao tomá-la como um objeto de ensino, a dinamicidade precisa ser considerada. Para Labov, “a língua está localizada na comunidade de fala, não no indivíduo” (2008 [1972], p.380). Sendo assim, são os usos que a comunidade faz da língua que definem a sua variação.

Na comunidade de fala sergipana, é comum o emprego das formas “você” em referência à segunda pessoa do singular do discurso e “a gente” em referência à primeira pessoa do plural; essa percepção tem sido cientificamente estudada por pesquisadores do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade (Gelins). Em relação às formas “nós/a gente”, nota-se que “nós” é empregada em situações de maior formalidade, ao passo que a forma inovadora a gente é empregada em situações de informalidade.

Na primeira pessoa do plural, a variação já foi estudada na fala de universitários de Itabaiana, região do agreste central sergipano (SANTOS, 2014; SANTOS; FREITAG, 2016) e por estudantes de ensino médio de Aracaju (MENDONÇA, 2016; FREITAG et al., 2016). Um aspecto específico da variação na primeira pessoa do plural diz respeito à estratégia de indeterminação (MENDONÇA; FREITAG, 2018), e também seus usos como uma forma de polidez (MENDONÇA; FREITAG 2016). Em todos os contextos, a forma mais recorrente é a forma “a gente”, resultado semelhante ao encontrado em outras regiões do Brasil. Em outra direção de abordagem, a percepção dos falantes em relação a essa forma é consistentemente relacionada ao preconceito linguístico, como apontam os estudos de Freitag (2016), Pinheiro, Silva e Cardoso (2018), Freitag, Cardoso e Góis (2018), Cardoso, Souza e Quirino (2018).

Percebe-se também no estado a presença da forma “tu”, embora em menor escala, por pessoas de outras regiões que residem em Sergipe, e também em usos informais, especialmente em situações de maior intimidade. Ainda não há estudos concluídos sobre a variação entre “tu” e “você”, mas um estudo de percepção relatado em Araujo e Jesus (2018) aponta o contrário em relação ao preconceito linguístico, que a forma “tu”, presente na gramática, é considerada como “feia”.

Com base nas constatações acima, e a partir da observação em sala de aula, não podemos negar o uso das variantes “tu”/“você”, “nós”/“a gente” em situações reais de fala e escrita, ainda que as variantes inovadoras não estejam. Essa dissonância entre o que prescreve a gramática normativa, o uso e a avaliação social das formas nos leva a tecer algumas reflexões. Embora o próprio professor de língua portuguesa faça uso da forma “você” em sua fala, ao tomar a língua como objeto de ensino e seguir estritamente o que preconiza o livro didático – que, como mostram Freitag e Damaceno (2015), ainda não consideram os pronomes inovadores em seu quadro pronominal – tende a reprimir o seu

emprego em situações que exigem a fala e/ou escrita formal da língua, sem possibilitar uma discussão sobre a coexistência das duas variedades “tu/você” em referência à segunda pessoa do discurso. Nessa perspectiva, o emprego da forma “tu”, por estar em consonância com a gramática normativa, é tido como “correta”, mas cotidianamente na comunidade sergipana, essa forma quase não é usada (e, quando é, é avaliada negativamente). Ao passo que a forma “você”, se for seguido o que é apresentado em livros didáticos, não é pronome pessoal, mas de tratamento, embora seja utilizada por toda a comunidade sergipana dessa forma, sem nenhum preconceito. Do mesmo modo, podemos refletir sobre o uso de “a gente” como pronome de referência à primeira pessoa do plural, recorrente na fala vernacular sergipana, mas não presente no quadro dos pronomes nos livros didáticos.

É notório que há uma discrepância entre a língua vernacular sergipana, que por ser dinâmica reflete todo um processo cultural de transformação ao longo dos anos, e a língua sistematizada nos livros didáticos, configurando-se em um problema sociolinguístico para o ensino de língua portuguesa.

O professor de língua portuguesa precisa ter sensibilidade sociolinguística para identificar a dissonância entre as variantes presentes no cotidiano escolar e comunidade na qual a escola está inserida em relação às apresentadas no livro didático de língua portuguesa. Segundo Bortoni-Ricardo,

Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, mas tem de ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender as convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação. Os usos da língua são praticas sociais e muitas delas são extremamente especializadas, isto e, exigem vocabulário e formações sintáticas especializadas. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.53)

Os alunos, por estarem inseridos em uma comunidade de falantes, já trazem consigo uma língua internalizada e, portanto, é tarefa do professor apresentar maneiras de ampliar o conhecimento do aluno em relação às situações reais de fala e aquilo é que prescrito na gramática normativa, valorizando o vernáculo em uso, evitando e combatendo o preconceito linguístico. Para isso, é preciso que o professor tenha formação sociolinguística, mas também que os materiais didáticos, como os livros didáticos, sejam mais abrangentes com o tratamento da variação.

#### **4 O TRATAMENTO DADO À DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NA BNCC**

O princípio motivador para a proposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é diminuir as desigualdades existentes na formação educacional brasileira, diminuindo as diferenças entre currículos de todo o país e, desta maneira elevar a qualidade do ensino. Atualmente, os currículos das escolas seguem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a LDB, além do referencial curricular de cada Estado. A partir de 2019, quando a BNCC for implantada, 60% dos conteúdos curriculares serão igualitários para o ensino regular em sua proposta e 40% serão definidos pelas unidades de ensino de acordo com a realidade local e regional, compondo assim, a parte

diversificada, em que Estados e municípios terão autonomia para acrescentarem ao currículo as especificidades de sua cultura, e é nesse contexto que inserimos a variação linguística, e mais especificamente os pronomes pessoais na comunidade sergipana.

O documento preconiza que as normas que regem as relações interpessoais no ambiente escolar ou fora dele buscam a afirmação da identidade pessoal e coletiva do aluno, assim como, o desenvolvimento de suas potencialidades, o estímulo de pensamento criativo, lógico e crítico, de forma a possibilitar ao aluno o conhecimento e compreensão de si e do mundo. Consoante com o que rege a BNCC, LIMA (2017, p.116) afirma que, “para que o indivíduo tenha acesso à informação, torne-se crítico, construa conhecimento e novas visões de mundo, é essencial que ele domine as modalidades oral e escrita da língua e suas variações”.

Qual o lugar da variação linguística previsto na Base para os anos finais do Ensino Fundamental? Sabendo que o documento determina o que será ensinado em cada área de conhecimento e em cada etapa de escolarização a nível nacional, apresentamos uma reflexão sobre o papel social da escola e a metodologia de trabalho a qual desprestigia o vernáculo do aluno. A partir desses pressupostos, cotejamos a BNCC a essa realidade e suas implicações quanto ao preconceito linguístico.

Iniciamos situando o lugar da variação linguística previsto na BNCC:

A variedade de composição dos textos que articulam o verbal, o visual, o gestual, o sonoro, o tátil, deve também ser considerada nas práticas de letramento. A escola precisa, assim, comprometer-se com o que se apresenta na TV, nos meios digitais, na imprensa, em livros didáticos e de literatura e outros suportes, tomando-os objetos de estudo a que os estudantes têm direito (BRASIL, 2017, p. 87).

Sob este prisma, a variação linguística deve estar presente nas práticas de sala de aula em situações de fala e escrita que valorizem as linguagens multimodais, visto que fazem parte do cotidiano dos alunos.

Para atender aos anseios e necessidades do alunado na sociedade vigente, em termos de formação educacional, a BNCC propõe que o componente curricular de Língua Portuguesa deve:

Proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (BRASIL, 2017, 65-66).

Com o intuito de rever, redirecionar práticas de ensino e valorizar a linguagem usada costumeiramente pelos alunos, quando comparado ao que preconizam os PCN (GORSKI; FREITAG 2013), a BNCC apresenta mudanças referentes ao tratamento da variação linguística em suas competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental:

i) Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.

- ii) Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
- iii) Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual (BRASIL, 2017, p. 85).

A heterogeneidade da língua, respeitando a cultura que os alunos trazem internalizada, em repúdio ao preconceito linguístico, está no centro das diretrizes. Conforme Lima (2017, p.121-2), “além do combate ao preconceito linguístico, o ensino de Língua Portuguesa ainda deve respeitar a heterogeneidade linguística, tornando possível que o aluno desenvolva seus conhecimentos [...]”.

Dentro desse contexto variacionista, foco desse trabalho, deve-se proporcionar aos alunos o desenvolvimento das seguintes habilidades:

(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.

(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada (BRASIL, 2017, p. 159).

Quanto ao ensino de gramática, é interessante destacarmos a abordagem apresentada pelo documento, referente aos aspectos notacionais e gramaticais: “Utilizar, ao produzir textos, os conhecimentos dos aspectos notacionais” – ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc., sempre que o contexto exigir o uso da norma-padrão” (BRASIL, 2017, p. 76).

O documento ainda ressalta que o ensino não deve ser tomado como um fim em si mesmo.

Os eixos de integração considerados na BNCC de Língua Portuguesa são aqueles já consagrados nos documentos curriculares da Área, correspondentes às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses). Cabe ressaltar, reiterando o movimento metodológico de documentos curriculares anteriores, que estudos de natureza teórica e metalinguística – sobre a língua, sobre a literatura, sobre a norma padrão e outras variedades da língua – não devem nesse nível de ensino ser tomados como um fim em si mesmo, devendo estar envolvidos em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem (BRASIL, 2017, p. 69).

O ensino da língua deve primar por práticas reflexivas apoiadas na diversidade de gêneros textuais existentes, e essas práticas devem estar de acordo com as situações sócio-comunicativas. Portanto, exigir que os alunos sigam uma língua normativa e descontextualizada de sua realidade, conforme rege a gramática a gramática, é uma prática que deve ser rejeitada no âmbito escolar. Sobre a dissonância da gramática normativa com os padrões de uso atuais, Bagno defende que

É preciso escrever uma gramática da norma culta brasileira em termos simples (mas não simplistas), claros e precisos, com um objetivo declaradamente didático--pedagógico, que sirva de ferramenta útil e prática para professores, alunos e falantes em geral. Sem essa gramática que nos descreva e explique a língua efetivamente falada pelas classes cultas, continuaremos à mercê das gramáticas normativas tradicionais, que chamam erradamente de norma culta uma modalidade de língua que não é culta, mas sim cultuada: não a norma culta como ela é, mas a norma culta como deveria ser, segundo as concepções antiquadas dos perpetuadores do círculo vicioso do preconceito linguístico (BAGNO, 2007, p. 104).

No tocante ao preconceito linguístico, a BNCC (2017) preconiza que no espaço escolar, deve-se propiciar o aluno a conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos. Bagno (2007) afirma que muitos dos preconceitos decorrentes dos valores atribuídos às variedades padrão e ao estigma são associados às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática normativa. Assim, ao possibilitar o contato e o conhecimento das outras variedades, é possível minimizar este tipo de atitudes preconceituosas.

Impor aos alunos a aprendizagem uma variedade estagnada, desconsiderando a variação existente na comunidade, levando-os a entender que a maneira que falam é “errada” e que deve ser substituída por uma norma que não os representam, é um ato discriminatório e preconceituoso. Nas práticas escolares, os professores precisam estar sempre alertas a esse tipo de atitude preconceituosa e trabalhar as variedades existentes em uma língua, não somente a norma conforme o que preconiza a gramática normativa, que, como vimos, é distante da realidade vernacular dos brasileiros em geral, e dos sergipanos em particular. Sobre essa perspectiva de ensino, Vieira diz que

O ensino, portanto, deve ser fundamentado nos padrões reais, praticados nas normas de uso, mas estimulando a abordagem de outras normas, promovendo, considerando o *continuum* da variação, o reconhecimento e/ou domínio do maior número possível de variantes linguísticas, praticadas efetivamente pelos alunos ou não (VIEIRA, 2017, p. 131).

Considerando os padrões reais de ensino da língua preconizados por Vieira (2017), baseados na proposta de contínuos de Bortoni-Ricardo (2003), o trabalho com a língua materna deve promover o reconhecimento das variedades empregadas pelos alunos, seja na escrita ou na oralidade.

## **5. VARIAÇÃO NOS PRONOMES E SUAS IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR**

Como vimos, o ensino de Língua Portuguesa ainda é carente de práticas que não privilegiem apenas a gramática normativa e que valorize as variantes linguísticas em uso pelos alunos. O ensino da língua materna está ligado à concepção de “certo” ou “errado”, em que o professor ensina apenas a norma gramatical, sem refletir a heterogeneidade da língua. Sobre essa perspectiva de ensino da língua, Vieira afirma que:

Apesar de a Sociolinguística ter causado uma desmistificação em relação a questões de *certo* e *errado* sobre o PB, nosso percurso histórico fez rechaçar nossas características linguísticas

cultas e assumir uma norma artificial. Essa norma artificial, defendida pelo “exacerbado pseudopurismo” – contida, por exemplo, em manuais (**como a gramática normativa**) que versam sobre “como não errar português” – reproduz preceitos normativos, sem qualquer fundamento em pesquisas linguísticas e filológicas sistemáticas (VIEIRA, 2017, p. 124. grifo nosso).

O contexto social do aluno é um fator importantíssimo a ser considerado em sala de aula. No que se refere ao trabalho com pronomes pessoais, é preciso que se leve em consideração as “novas” formas que, embora não apareçam nos livros didáticos, já fazem parte da gramática do falante há décadas, não apenas na oralidade como também na escrita, como é o caso das variantes “você” e “a gente”. É preciso para isso haver mudança de atitude do professor frente ao vernáculo em uso na comunidade. Um trabalho de reconhecimento da legitimidade dessas variantes é um ponto de partida para a ampliação da competência linguística do alunado. Os alunos precisam ser vistos como indivíduos que atuam na sociedade e que já trazem consigo uma leitura de mundo condizente com a sua realidade e, portanto, deve ser levada em consideração no ambiente escolar como ponto de partida para a promoção do conhecimento. A escola não pode mais se recusar a reconhecer as mudanças próprias da flexibilidade da língua, como fez por anos.

Creemos na importância de se valorizar a heterogeneidade linguística na escola e que os professores assumam a responsabilidade de adotar uma postura aberta às múltiplas possibilidades de uso da língua de forma a não estigmatizá-la.

Compreendemos, dessa forma, que a escola deve refletir sobre o atual paradigma pronominal brasileiro – do qual as formas “você” em referência à segunda pessoa do discurso e “a gente” em referência à primeira pessoa do discurso fazem parte – pois esta instituição tem papel fundamental na formação moral, crítica e ativa do indivíduo, assim como, na conscientização sobre a prática do preconceito linguístico.

Cabe à escola mostrar que existem vários contextos linguísticos e que os falantes devem adequar a língua às diversas situações de uso, adotando, assim, uma prática pedagógica reflexiva que respeite os falares dos alunos.

Com relação às variantes aqui estudadas, mostrar aos alunos que as formas você e a gente assim como tu e nós fazem parte de nossa língua e que nenhuma é superior à outra, ambas são corretas e devem ser usadas de acordo com a situação discursiva e esclarecer que a estigmatização de qualquer variante linguística é crime.

Apesar de todos os avanços, a variação linguística ainda tem sido pouco contemplada em sala de aula, espaço que privilegia o ensino baseado na gramática normativa. Segundo Freitag e Görski,

não é suficiente que o professor conheça apenas a dimensão tradicional da gramática normativa. Além disso, é importante que o professor conheça conceitos sociolinguísticos básicos para poder aplicá-los na compreensão das diferentes situações de variação e/ou mudança linguística que caracterizam o cotidiano linguístico dos falantes (FREITAG; GÖRSKI, 2013, p. 44).

A escola precisa contemplar as variantes empregadas cotidianamente pelos alunos. Para tanto, os professores devem ter em suas bagagens conhecimentos tanto da gramática

tradicional quanto sociolinguísticos. Cabe à escola adotar uma postura não estigmatizadora, valorizando a identidade linguística do aluno, conforme prima a BNCC:

Os conhecimentos sobre a língua, as demais semioses e a norma-padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas. A seleção de habilidades na BNCC está relacionada com aqueles conhecimentos fundamentais para que o estudante possa apropriar-se do sistema linguístico que organiza o português brasileiro (BRASIL, 2017, p. 137).

Assim, o componente curricular de Língua Portuguesa deve partir de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens e ampliar essas práticas, associando-as ao ensino da norma padrão.

Diante do exposto, na qualidade de professoras de Língua Portuguesa do Estado de Sergipe, concluímos que urge uma mudança de atitude frente ao ensino de língua materna. Por ser um assunto muito vasto e particularizado para cada comunidade, há também uma gama variada de formas diferenciadas para se trabalhar o referido conteúdo. A seguir, apresentamos sugestões para trabalhar a variação linguística em conformidade com a BNCC, e a partir das sugestões que apresentam Gorski e Freitag (2013):

- Dividir a turma em blocos e organizar um debate sobre como eles veem a língua falada em sua comunidade, em relação das variantes “tu”/“você”, “nós”/“a gente”;
- Promover a análise reflexiva do uso dos pronomes “tu”/“você”, “nós”/“a gente” em programas televisivos (novelas, desenhos animados e telejornais) e, com base nas constatações, explicar as variedades regionais em função do uso de cada uma das variantes;
- Sugerir a reflexão sobre emprego dos pronomes “tu”/“você”, “nós”/“a gente” no WhatsApp e em outra modalidade de escrita mais formal, como em um e-mail, carta.

Nosso trabalho se fundamenta na comunidade sergipana, que assim como em algumas regiões brasileiras, tem sido observado a variação no uso pronomes “tu”/“você”, “nós”/“a gente” em situações de fala e escrita. A discrepância entre a língua vernacular sergipana e a língua sistematizada nos livros didáticos, configurando-se em um problema sociolinguístico para o ensino de língua portuguesa e as reflexões aqui apresentadas são um caminho para superá-lo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sammela Rejane de Jesus; FREITAG, Raquel Meister Ko. A evolução do tratamento da variação linguística no Enem. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 19, n. 1, p. 293-320.

ARAUJO, Andréia Silva; JESUS, Éccia Alécia Barreto. Sociolinguística e ensino: avaliação e atitude linguística no contexto escolar. **Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 29, n. 29, p. 87-107, 2018.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de DAMACENO, Taysa Mércia dos Santos Souza. Desafios do BNCC em torno do ensino de língua portuguesa na educação básica. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 7, p. 83-92, 2017.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna: a Sociolingüística Sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004. 108p.

BRASIL, Ministério de Educação. **Base Nacional Comum Curricular- BNCC**. 3ª versão. Brasília, DF, 2017

CARDOSO, Paloma Batista; SOUZA, Victor Renê Andrade; QUIRINO, Rayane Rocha. Como estudantes sergipanos acham que falam? Atitudes linguísticas quanto à variação da primeira pessoa do plural. In: ATAÍDE, Cleber Alves de; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; FREITAG, Raquel Meister Ko. (Orgs.). **Linguística e Literatura: teoria, análises e aplicações**. Recife: Pipa Comunicação, 2018, v. 1, p. 133-144-1396.

FREITAG, Raquel Meister Ko et al. Avaliação e variação linguística: estereótipos, marcadores e indicadores em uma comunidade escolar. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski; GÖRSKI, Edair Maria (Orgs). **Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 141-160.

FREITAG, Raquel Meister Ko; DAMACENO, Taysa Mércia dos Santos Souza. **Livro didático–gramática, leitura e ensino de Língua Portuguesa: contribuições para a prática docente**. São Cristóvão: EdUFS, 2015.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no Português Brasileiro. **DELTA**, v. 32, n. 4, p. 889-917, 2016 .

FREITAG, Raquel Meister Ko.; CARDOSO, Paloma Batista; GOIS, Paula Yasmin; A percepção da variação na primeira pessoa do plural: efeitos do monitoramento estilístico e urbanização. In: LOPES, N. da Silva; CARVALHO, C. dos Santos; SOUZA, C. M. Borges de. (Orgs.) **Fala e contexto no português brasileiro: estudos sobre variação e mudança linguísticas**. Salvador: EDUNEB, 2018, p. 1-20.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; LIMA, Geralda de Oliveira. **Sociolinguística**. São Cristóvão: CESAD, 2010.

GÖRSKI, Edair Maria; FREITAG, Raquel Meister Ko. Língua materna e ensino: alguns pressupostos para a prática pedagógica. **Ensino de português: demandas teóricas e práticas**. João Pessoa: Idéia, 2007, p. 91-126

GÖRSKI, Edair Maria; FREITAG, Raquel Meister Ko. O papel da sociolinguística na formação dos professores de língua portuguesa como língua materna. In: MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice (Orgs.) **Contribuições da sociolinguística e da linguística histórica para o ensino de língua portuguesa**. Natal: EdUFRN, 2013, p. 11-51.

LABOV, William. **The Social Stratification of English in New York City**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 [1966].

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LIMA, Monique Débora de Oliveira., O quadro pronominal: atividades lúdicas para o ensino de gramática e variação VIEIRA, Silvia Rodrigues. **Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2017, p.107-143.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Josilene de Jesus; FREITAG, Raquel Meister Ko. Indeterminação do sujeito, primeira pessoa do plural e gradação referencial. In: CARVALHO, Dannel; BRITO, Dorothy (Orgs.). **Pronomes: morfossintaxe e semântica**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 235-258.

MENDONÇA, Josilene de Jesus; FREITAG, Raquel Meister Ko. Primeira pessoa do plural com referência genérica e a polidez linguística. **Revista Solettras**, n. 31, p. 39-57, 2016.

MENDONÇA, Josilene de Jesus. **Varição na expressão da 1ª pessoa do plural: indeterminação do sujeito e polidez**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, 2016.

MENON, Odete Pereira da Silva. O sistema pronominal do português do Brasil. **Revista Letras**, v. 44, p. 91-106, 1995.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, p. 449-470, 2000.

PINHEIRO, Bruno Felipe Marques, SILVA, Lucas Santos; CARDOSO, Paloma Batista. Como estudantes do ensino médio acham que falam? Crenças sobre a

palatalização de oclusivas e expressão da 1ª pessoa do plural. **A cor das letras**, v. 19, n. Especial, p. 180-195, 2018

SANTOS, Kelly Carine dos; FREITAG, Raquel Meister Ko. Efeitos de polidez na variação na primeira pessoa do plural. **Veredas**, v. 19, n.1, p. 136-159, 2016.

SANTOS, Kelly Carine dos. **Estratégias de polidez e a variação de nós x a gente na fala de discentes da Universidade Federal de Sergipe**. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1994.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. **Gramática, variação e ensino: diagnose & propostas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2017.